

Coordenação e persuasão internacional: os novos desafios globais

Rubens Penha Cysne

Três dos maiores problemas do início deste século estão ligados por duas palavras: coordenação e persuasão, ambas de países soberanos para com países soberanos. O exercício efetivo destes atos é tarefa quase sempre voluntarista e personalista, ainda à procura de institucionalização adequada. A grande heterogeneidade entre países o torna ainda mais difícil. Uma rápida análise do problema sugere que ou as nações aprendem a cooperar mais umas com as outras, em particular dividindo sua tecnologia, renda e riqueza, ou algum tipo de “catástrofe construtiva” poderá um dia tornar-se inevitável, como forma de reduzir a insensatez coletiva global.

Devido à maior integração entre mercados financeiros, às uniões monetárias, à maior utilização de regimes cambiais flexíveis, e às palpáveis ameaças de perigosas

transformações climáticas, o momento atual repercute em torno de três desafios: evitar novas crises financeiras, coibir regimes fiscais irresponsáveis e controlar as agressões ao meio ambiente. Coordenação e persuasão são termos subjacentes à solução de qualquer um destes problemas.

Iniciemos com a crise financeira. Imagine que determinado país resolva exercer forte controle sobre ativos e passivos de suas instituições financeiras com o objetivo de proteger o depositante. A menos do caso sem interesse no qual este país seja uma completa autarquia, sem relacionamentos com o resto do mundo, tal controle pouco adiantará se outros países não seguirem procedimento semelhante.

Risco

Isto porque parte de seus ativos ou serão aplicados no exterior, ou em instituições nacionais que têm ativos no exterior, e/ou assim por diante. Se apenas um elo da cadeia internacional de ativos e passivos romper-se, porque um dos países deixou de prover uma regulação financeira razoável, todo o castelo de cartas corre novamente o risco de desmoronar. Isto, qualquer que tenha sido o esforço regulatório dos demais. A interdependência

demanda soluções coordenadas e adesão generalizada, o que requer, obviamente, a persuasão de algumas nações sobre outras.

O mesmo ocorre com a questão fiscal. Tomemos, por exemplo, os 15 países da Área do Euro e o atual problema gerado pelo desequilíbrio fiscal da Grécia. Reconhece-se hoje em dia que as condições impostas pelo acordo de Maastricht, em particular de um déficit público máximo de 3% do PIB, estão em busca desesperada de um mecanismo convincente de persuasão. Ou talvez, de um mecanismo adequado de imposição (do inglês, *enforcement*). Sem isto, e sem controle da qualidade dos gastos fiscais, a União Monetária, originalmente instituída em 1999¹, passa a correr risco perene, como agora se percebe.

Se a Grécia ainda usasse o dracma como moeda local, uma desvalorização resolveria parte dos problemas. Principalmente se, como ocorre com boa parte do passivo externo líquido do Brasil, seu passivo externo fosse majoritariamente denominado na antiga moeda. A ausência de uma moeda para desvalorizar resolveria em parte se os salários nominais caíssem com facilidade. Ocorre que, como se sabe desde a publicação de Teoria Geral, de Keynes, em 1936, não se pode contar com tal hipótese. Na ausência de uma taxa de câmbio e de queda de salários nominais, sobrevém a recessão e a instabilidade financeira.

Maiores acréscimos de produtividade em alguns países da Área do Euro, relativamente a outros, ou geram migração de mão de obra para os primeiros (fato usualmente indesejado) ou recessão nos países de baixa produtividade (fato igualmente indesejado). Na ausência da introdução de mecanismos eficientes de coordenação e persuasão fiscal, aí se incluindo qualidade dos gastos públicos, o problema que agora se observa com a Grécia tende a repetir-se com outros países.

Deixar a Zona do Euro em momento de crise, voltando à sua moeda original, é extremamente mais difícil do que ingressar na mesma. É preciso chegar a soluções que não envolvam o rompimento unilateral. Tais soluções, evidentemente, tornam compulsório o exercício tanto de coordenação quanto de persuasão entre diferentes nações. Ou seja, não apenas na solução de crises financeiras, mas também na questão fiscal, estamos de volta aos dois termos que nomeiam este artigo.

Na ausência de mecanismos de coordenação e persuasão fiscal, o problema que agora se observa com a Grécia tende a se repetir

Proteção

Um terceiro assunto fundamental do momento diz respeito às agressões ao meio ambiente geradas pelo crescimento desordenado de alguns países e pela miopia de outros. Discutem-se vários meios interessantes de controle do problema, parte dos quais por incentivos e mecanismos de mercado.

Por exemplo, há a ideia de que todos os países deveriam instituir créditos de carbono, atividades protetoras do meio ambiente sendo subsidiadas e atividades agressivas ao meio ambiente sendo taxadas. Países que não aderissem a tal norma teriam suas exportações para os demais taxadas, como já se buscou no passado para tentar resolver o problema do trabalho infantil. Na ausência de adesão de um número suficiente de países, entretanto, tal metodologia tende a fracassar. No-


Os problemas atuais requerem soluções internacionais, envolvendo a participação de todos, ou de uma parte relevante das nações

vamente, estamos diante de um problema de coordenação e persuasão.

Em suma, os problemas atuais requerem soluções internacionais, envolvendo a participação de todos, ou pelo menos de uma parte relevante das nações. Ao mesmo tempo, as instituições multilaterais, da qual

são exemplos o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, não foram criadas nem se desenvolveram com o objetivo de encaminhar soluções para desafios como aqueles aqui abordados. Há um vazio de coordenação e persuasão internacional. Como mencionou Dennis Snower, presidente do Kiel Institute for the World Economy, em sua recente passagem pela Fundação Getúlio Vargas, “este vazio torna órfãos alguns dos problemas mais importantes do nosso tempo”.

É possível que haja redução da insensatez coletiva, e que encaminhem alguns destes problemas sem a necessidade de danos globais catalizadores de aprendizado coletivo. Mas o processo é ainda extremamente amador e incipiente frente à premente necessidade de resultados palpáveis.

Um pouco de extrapolação indica que a solução de problemas globais passará, em seus próximos passos, de forma irritantemente morosa para muitos, pela criação de normas internacionais onde países não aderentes seriam punidos com crescente isolamento dos demais. Se tal evolução é demasiado lenta ou não, trata-se de questão em aberto. Mas cabe sempre lembrar que, uma vez a 100 km/hora, é difícil parar um trem em movimento. 

Rubens Penha Cysne é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>)

¹Ao qual a Grécia aderiu apenas em 2001.



CONJUNTURA ECONÔMICA

Central de atendimento ao assinante

conjunturaeconomica@fgv.br
08000 25-7788